



A INCLUSÃO SOCIAL E ESCOLAR: ENFOQUE NAS ESCOLAS PÚBLICAS DE EDUCAÇÃO INFANTIL DE ITAPETINGA-BA

Lúcia Gracia Ferreira¹ - UESC
Lucimar Gracia Ferreira² - UESB
Márcia Gracia Ferreira³ - UESB

Grupo de Trabalho - Diversidade e Inclusão
Agência Financiadora: não contou com financiamento

Resumo

Este trabalho tem como objetivo analisar a operacionalização da inclusão social e escolar na modalidade de Educação Infantil da Rede Pública do município de Itapetinga na Bahia. A inclusão social e escolar vem se desenvolvendo como um princípio fundamental de que todas as crianças devem aprender juntas numa escola pluralista e democrática. O cotidiano das escolas é marcado, principalmente, pela diversidade existente e a necessidade de lidar com ela, sem preconceitos e com ensinamentos que reflitam na mudança de postura, comportamento e atitudes que levem a aceitação das diferenças. Para proporcionar uma sociedade inclusiva é necessário levar em consideração todos os direitos legais das pessoas com deficiência, colocando em prática a proposta dos Parâmetros Curriculares Nacionais que traz estratégias para a educação desses alunos, cumprindo o que está na Constituição de 1988 e na LDB 9394/96. Assim, foi realizada uma pesquisa qualitativa que teve como instrumentos de coleta de dados a observação e as conversas informais. A partir dos dados coletados percebeu-se que as escolas pesquisadas não estão preparadas para receber um aluno com deficiência em nenhum dos aspectos: físico e pedagógico. Também que o corpo docente das escolas não tem formação para lidar com esses alunos. Constatamos que há barreiras arquitetônicas, pedagógicas e atitudinais que impedem que a inclusão social e escolar aconteça. Desta forma, este estudo possibilitou confrontar a teoria com a prática e perceber que o ideal está distante do real. Portanto, é importante ressaltar que é necessário educar o olhar das pessoas para que a mudança ocorra na sociedade.

Palavras-chave: Inclusão social. Inclusão escolar. Escola.

1 Graduanda em Letras pela Universidade Estadual de Santa Cruz-UESC. Pedagoga e especialista pela Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia-UESB. E-mail: luciagraciaferreira@bol.com.br.

2 Graduanda em Pedagogia pela Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia-UESB. E-mail: lucimargracia@hotmail.com.

3 Graduanda em Licenciatura em Química pela Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia-UESB. E-mail: marciagferreira7@hotmail.com.

Introdução

A inclusão social não é recente, ela se originou por volta dos anos 80. Dessa forma, educar para inclusão acaba sendo um grande desafio para muitas pessoas, pois ainda há muitos preconceitos quanto a esta questão.

Desde cedo, na Educação Infantil as crianças devem ser educadas para aceitar as diferenças, pois é a partir da educação do olhar que a inclusão social e escolar acontece.

Sabemos que há uma ligação entre a sociedade e a escola, ou seja, o que acontece em um reflete no outro. Por isso, a sociedade e a escola devem lutar juntas para que a inclusão social e escolar aconteça. Mas é necessário que os órgãos públicos, os administradores das escolas, o corpo docente e a comunidade estejam envolvidos. É a partir do respeito ao próximo seja ele deficiente ou não que iremos formar uma sociedade igual para todas as pessoas.

Assim, este trabalho tem como objetivo analisar a operacionalização da inclusão social e escolar na modalidade de Educação Infantil da Rede Pública de um município baiano. Ainda buscamos conhecer como estavam sendo feitas as adaptações nas escolas para receber os portadores de necessidades especiais; conhecer e analisar a formação que os professores dessa modalidade de ensino vem recebendo; conhecer a contribuição que o poder público vinha dando para o crescimento do movimento de inclusão social no município e a aceitação da sociedade para tal mudança.

Esta pesquisa foi realizada nas Escolas de Educação Infantil da Rede Pública de um município baiano. O desenvolvimento da pesquisa de campo enfocou através de seus instrumentos – observação e entrevistas informais – uma maior descrição da realidade (ambiente de estudo) e dos sujeitos envolvidos. Assim, o caráter qualitativo da pesquisa demonstra a análise descritiva das questões educacionais, buscando a dinamização do processo.

Foi realizada durante os meses de novembro e dezembro de 2011 em nove escolas públicas do município que atende a modalidade de Educação Infantil. Assim, foi analisado se havia barreiras arquitetônicas, pedagógicas e atitudinais que impediam a inclusão social e escolar no município. A fim de avaliar como a inclusão vem ocorrendo neste município é que dados relevantes como esses foram levantados e analisados.

Um pouco mais a inclusão

É importante entender, no âmbito da educação inclusiva, as terminologias que foram usadas ao longo dos anos e que se usa hoje. Inicialmente, usava-se o termo excepcional, depois surgiram termos como pessoa deficiente, pessoa portadora de deficiência, pessoa portadora de necessidades especiais e, hoje, pessoa com necessidades especiais.

De acordo com a Política Nacional de Educação Especial (BRASIL, 1994), são considerados alunos com necessidades especiais àqueles que, por apresentarem necessidades próprias e diferentes dos demais alunos, exigem recursos pedagógicos e metodológicos educacionais específicos. Consideram-se integrantes desse grupo alunos com deficiência mental, visual, auditiva, múltipla, condutas típicas e altas habilidades.

De acordo com a história, o movimento de inclusão social originou-se por volta dos anos 80, nos países mais desenvolvidos; mas na década de 90, chegou para todos os países, tornando-se global. A sociedade inclusiva, segundo Godoy et al. (2000, p. 08) “é democrática, reconhece todos os seres humanos como livres e iguais e com direito de exercer a sua cidadania”. Desse modo, deve-se buscar a construção de uma sociedade onde todos tenham direitos iguais, independente do sexo, da cor, da idade ou da deficiência.

Com a inclusão social a sociedade se modifica para atender as pessoas com necessidades especiais. A inclusão social constitui, então, “um processo bilateral no qual as pessoas ainda excluídas, e a sociedade buscam, em parceria, equacionar problemas, decidir sobre soluções e efetivar a equiparação de oportunidades para todos” (SASSAKI, 1997, p. 41). É através da inclusão social que os tabus e preconceitos são rompidos, possibilitando a aceitação das diferenças individuais, da valorização de cada pessoa, do convívio dentro da heterogeneidade humana e da aprendizagem por meio da colaboração.

Autores como Stainback e Stainback (1999) afirmam que a escola é um lugar do qual todos fazem parte, em que todos são aceitos, onde todos ajudam e são ajudados por seus colegas e por outros membros da comunidade escolar. É a partir da convivência que se aprende a viver com a diferença.

O Parâmetro Curricular Nacional (PCN) - adaptações curriculares estratégias para a educação de alunos com necessidades educacionais especiais (1998, p. 23),

Preconizam a atenção à diversidade da comunidade escolar e baseiam-se no pressuposto de que a realização de adaptações curriculares pode atender a necessidades particulares de aprendizagem dos alunos. Consideram que a atenção à diversidade deve se concretizar em medidas que levam em conta não só as capacidades intelectuais e os conhecimentos dos alunos, mas, também, seus interesses e motivações.

A inclusão escolar é um desafio do futuro que temos que construir e que busca uma aprendizagem conjunta entre todas as crianças sem levar em consideração as diferenças entre elas. Por isso, pensar na escola democrática é pensar uma ordem social que possibilita isso. A escola que queremos construir para a nossa sociedade deve estar voltada para a uniformidade, onde a inclusão seja um componente para a formação de um universo diversificado. Segundo Mader (1997, p. 47) “um novo paradigma está nascendo, um paradigma que considera a diferença como algo inerente na relação entre os seres humanos. Cada vez mais a diversidade está sendo vista como algo natural”. É possível articular esse paradigma a escola e a sociedade; é possível relacioná-lo ao mundo em que vivemos.

Todos se beneficiam da educação inclusiva, tanto os estudantes com deficiência quanto os estudantes sem deficiência. O fato de estarem juntos no cotidiano vai ensinando a todas as pessoas o respeito às diferenças e a aceitação das limitações. Também, os Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN) - adaptações curriculares estratégias para a educação de alunos com necessidades educacionais especiais, aponta a atenção à diversidade da comunidade escolar.

Assim, para que o currículo atenda os alunos é necessário que as ações pedagógicas sejam planejadas, verificando o que o aluno precisa aprender; como, quando e de que forma. No aspecto legal, surgiu em 23/12/96 um importante documento a favor da inclusão, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, Lei 9.394 de 1996. Conforme determina o § 1º, do art. 58 desta Lei, o Poder Público, “havendo necessidade, é obrigado a equipar a escola, visando o eficaz atendimento da pessoa com deficiência”. Assim, percebe-se que, de acordo com a LDB, as escolas devem estar adaptadas para receber um aluno portador de necessidades especiais. Também existe a Lei Federal 7.853 de 24/10/89.

A acessibilidade ao meio físico vem também garantida em lei, pois na Constituição Federal de 1988, no seu artigo 227, parágrafo 2º, estabelece que “a lei disporá sobre normas de construção de logradouros e dos edifícios de uso público e da fabricação de veículos de transporte coletivo, a fim de garantir o acesso adequado às pessoas portadoras de deficiência”. Ainda a Constituição de 1988 (art. 208 III) “estabelece o direito de as

pessoas com necessidades especiais receberem educação preferencialmente na rede regular de ensino”.

Assim, a sociedade inclusiva tem como objetivo principal oferecer oportunidades iguais para que cada pessoa tenha o seu direito de cidadania respeitado, e é isso que a lei vem garantir. No entanto, para que esta inclusão se concretize, não é suficiente existirem leis que determinem a sua efetivação. Deve-se refletir de que maneira todos nós podemos contribuir para a construção dessa sociedade e refletir sobre certos conceitos, como por exemplo, concepção de homem, educação, e sociedade como seus determinantes econômicos, sociais e políticos.

Na prática há inclusão social e escolar?: resultados

A partir dos resultados obtidos através das observações e entrevistas informais, ficou evidente que nenhuma das escolas pesquisadas está preparada para receber alunos com necessidades especiais. Dentre os pontos pesquisados constatamos a existência de barreiras arquitetônicas, que impede esses alunos de ter acesso aos espaços de uso coletivo; que não há barras de apoio nas paredes dos banheiros; não há adaptações das portas dos banheiros com espaços suficientes para permitir o acesso de cadeira de rodas; não há instalação de lavabos e bebedouros em altura acessível para usuários de cadeiras de rodas; não há um piso liso para facilitar a circulação da cadeira de rodas; não há livros em braille, equipamento para ampliação de textos (alunos com visão subnormal), lupas, régua de leitura; impressora braille acoplada a computador. E, nas escolas pesquisadas encontramos uma rampa adaptada para receber um usuário de cadeira de rodas.

Vale ressaltar que a modalidade pesquisada foi a educação infantil, mas é fato que todas as escolas pesquisadas atendem também alunos do ensino fundamental (1º ao 5º ano), o que deveria reforçar o interesse destas escolas de adaptar a instituição ao novo modelo educacional. Dessa forma, a inclusão vem ocorrendo de forma não legal, descontextualizada nas escolas pesquisadas, pois não há respeito nem a Constituição Nacional e nem a Lei Municipal e nem ao menos vinculação entre os órgãos para promover a inclusão. Isso tem provocado um distanciamento da escola democrática e pluralista da realidade desse Município e também do novo paradigma que está surgindo.

Também foi constatado o descaso quanto a essa adaptação e encontramos apenas alunos com deficiência visual. Por isso, é importante ressaltar que as escolas devem estar

preparadas para receber o aluno com qualquer necessidade especial. Foi percebido que não há preocupações quanto a essa questão de adaptar para o futuro.

Numa das escolas encontramos barras de apoio na parte interna do banheiro, mas não para atender aos portadores de necessidades especiais, mas porque a escola atende a Educação Infantil e é adaptada para crianças pequenas.

Verificamos também que os bebedouros são inacessíveis às crianças ditas normais, e para as crianças especiais são, praticamente, inúteis. Em outra escola pesquisada a porta do banheiro fica posicionada num lugar inacessível ao usuário de cadeiras de rodas, dificultando a sua passagem.

Quanto à questão pedagógica, verificamos que as escolas raramente oferecem formação profissional para que os docentes possam trabalhar com alunos com necessidades especiais, mas que alguns professores adquiriram conhecimento sobre o assunto no Curso de Graduação de Licenciatura em Pedagogia. Também, que as escolas não trazem em seu Projeto Político Pedagógico uma proposta voltada para a educação especial e a educação inclusiva.

Apesar da demonstração de caráter holístico a respeito da falta de capacitação, foi constatado que muitos professores adquiriram conhecimentos sobre como lidar com os esses alunos, também, através da experiência, pois a inclusão, gradativamente, foi se espalhando pela escola, fazendo com que muitos dos docentes aceitassem-nos em sala de aula. Mesmo assim, constatou-se, também que o trabalho pedagógico desenvolvido nas escolas não atende o novo modelo educacional que enfoca a inclusão social.

Através das observações percebemos também que os administradores das escolas não demonstraram muito interesse para a questão da inclusão e ainda que estes não se sentem incomodados para modificar o trabalho pedagógico que vem sendo desenvolvido nas escolas para atender a esse movimento de inclusão.

Percebeu-se que as escolas não oferecem os equipamentos necessários para possibilitar a atividade lúdica e a aprendizagem no espaço da inclusão dos alunos com necessidades especiais. Essas atividades são importantes, pois contribuem para a formação do sujeito político e participante.

Assim, Mazzotta e D'Antino (2011, p. 385) ressaltam que:

Dentre as disposições legais existentes em nosso país, é oportuno lembrar o Decreto Federal 3.298/99, que, além de outros dispositivos específicos relativos à cultura, ao lazer, ao esporte e ao turismo, dispõe que a pessoa com deficiência deve ser incluída em todas as iniciativas governamentais, respeitadas as suas peculiaridades. Além disso, cabe salientar que a inclusão social ocorre na vida social em algum espaço instituído ou estruturado, seja na família, na escola, no parque, na empresa ou em qualquer outra forma de organização social. A dimensão institucional existe em contexto sóciohistórico-cultural, ou seja, é com os sujeitos, embrionariamente instituídos, que as ações e relações são construídas, uma vez que a instituição social, seja qual for, não existe senão na concretude das relações humanas.

Outro aspecto pesquisado diz respeito às atitudes das pessoas ditas normais para com as pessoas portadoras de necessidades especiais. Percebemos que a inclusão está longe de acontecer na sociedade itapetinguense e também nas escolas. Pois mesmo não havendo alunos com deficiências mais graves, há atitudes que mostram que eles não buscam uma escola igual para todos. Assim, quando o assunto é classe social, muitos alunos se vêem superior o que acaba por promover a desigualdade na escola. As atitudes dos alunos das escolas pesquisadas são atitudes de desrespeito às desigualdades e limitações, que estão longe de ser favorável à formação de uma escola democrática, pluralista e aberta para todos. A partir do que foi visto percebemos que em vários aspectos há inadequação das escolas de Educação Infantil do Município de Itapetinga-BA.

Considerações Finais

Com esse estudo verificamos que as barreiras arquitetônicas, atitudinais e pedagógicas devem ser tiradas para que o aluno com necessidades especiais possa ser incluído na sociedade em que vive. Ficou evidente que, um usuário de cadeiras de rodas teria dificuldades de acesso em todas as escolas pesquisadas e que um deficiência visual (único tipo de deficiência encontrada) encontra dificuldades devido à falta de materiais didáticos adequados na escola.

Nesta perspectiva, incluir vai muito mais além que adaptar uma sociedade, a aceitação da sociedade é fundamental para que a inclusão aconteça. Por isso é necessária a educação do olhar das pessoas para que a mudança venha penetrar no campo social e educacional. Assim, a situação desse município revela que as escolas de Educação Infantil têm dificuldades para atender às necessidades especiais dos alunos, no que diz respeito ao aspecto físico e pedagógico. Outro fator que podemos destacar é a necessidade de formação do corpo docente.

REFERÊNCIAS

BRASIL. **Constituição Federal do Brasil**, 1988.

_____. MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO E DO DESPORTO. Secretaria de Educação Especial. **Política Nacional de Educação Especial**. Brasília: MEC, 1994.

_____. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional**. Brasília: Diário Oficial da União, nº 248 de 23/12/1996.

_____. Secretaria de Educação Fundamental. **Parâmetros Curriculares Nacionais: Adaptações Curriculares / Secretaria de Educação Fundamental**. Secretaria de Educação Especial. – Brasília: MEC /SEF/SEESP, 1998.

_____. **Lei nº 7.853**. Dispõe sobre o apoio às pessoas portadoras de deficiência, sua integração social, sobre a Coordenadoria Nacional para Integração da Pessoa Portadora de Deficiência - Corde, institui a tutela jurisdicional de interesses coletivos ou difusos dessas pessoas, disciplina a atuação do Ministério Público, define crimes, e dá outras providências. Brasília, de 24/10/1989.

GODOY, A.; et al. **Cartilha da Inclusão dos direitos das pessoas com deficiência**. Belo Horizonte: PUC-Minas, 2000.

MAZZOTTA, M.J.S; D'ANTINO, M.E.F. Inclusão social de pessoas com deficiências e necessidades especiais: cultura, educação e lazer. **Saúde e Sociedade**. São Paulo, v.20, n.2, p.377-389, 2011.

SASSAKI, R. K. **Inclusão: construindo uma sociedade para todos**. Rio de Janeiro, Editora WVA, 1997.

STAINBACK, S; STAINBACK, W. **Inclusão: um guia para educadores**. Trad. Magda França Lopes. Porto Alegre: Artmed, 1999.